



Número: **0801349-56.2020.8.15.0601**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Belém**

Última distribuição : **14/09/2020**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ANA CELIA ALVES DA SILVA (REPRESENTANTE)		Ronaldo de Lima Clementino (ADVOGADO)	
M. D. C. S. (AUTOR)		Ronaldo de Lima Clementino (ADVOGADO)	
M. D. S. C. (AUTOR)		Ronaldo de Lima Clementino (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
34275752	14/09/2020 17:10	Petição Inicial	Petição Inicial
34275760	14/09/2020 17:10	Petição Inicial	Outros Documentos
34275766	14/09/2020 17:10	Anexo I - Documentos de identificação - representante	Documento de Identificação
34275778	14/09/2020 17:10	Anexo II - Documentos de identificação dos beneficiários do seguro - autores	Documento de Identificação
34275782	14/09/2020 17:10	Anexo III - Documentos de identificação e certidão de óbito da vítima - Daniel Pereira da Costa	Documento de Comprovação
34275785	14/09/2020 17:10	Anexo IV - Boletim de ocorrência - acidente de trânsito	Documento de Comprovação
34275787	14/09/2020 17:10	Anexo V - Documento do veículo envolvido no acidente de trânsito	Documento de Comprovação
34275789	14/09/2020 17:10	Anexo VI - Comprovante de requerimento e decisão negativa do seguro DPVAT	Documento de Comprovação
34275790	14/09/2020 17:10	Anexo VII - Comprovante de envio de documentos	Documento de Comprovação
34686908	30/11/2020 22:13	Despacho	Despacho
38618365	21/01/2021 20:34	Expediente	Expediente

Petição inicial em PDF.



AO JUÍZO DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL DE BELÉM – PARAÍBA.

ANA CÉLIA ALVES DA SILVA, brasileira, viúva, Agricultora, portadora do RG nº 3.611.534 SSP/PB, inscrita no CPF sob o nº. 098.719.404-67, residente e domiciliada no Sítio Limeira, s/nº, Zona Rural, Belém-PB, CEP 58255-000, **representante e genitora** de **MATEUS DA COSTA SILVA**, brasileiro, menor impúbere, portador do RG nº 4.909.656 SSP/PB, inscrito no CPF sob o nº. 167.678.114-59, residente e domiciliada no Sítio Limeira, s/nº, Zona Rural, Belém-PB, CEP 58255-000 e **MARIANA DA SILVA COSTA**, brasileira, menor impúbere, portadora do RG nº 4.909.658 SSP/PB, inscrita no CPF sob o nº. 167.678.284-24, residente e domiciliada no Sítio Limeira, s/nº, Zona Rural, Belém-PB, CEP 58255-000, através de seu advogado *in fine* assinado, **com escritório à Rua Osório de Aquino, nº 164, Sala 2, Centro, Guarabira-PB, Cep. 58200-000, fones: (83) 98726-0717/ 99985-2020, local onde recebe as notificações e intimações judiciais, email: ronaldodelimaadv@hotmail.com**, vem diante de Vossa Excelência, ajuizar a presente:

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS DPVAT

Em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, inscrita no CNPJ 09.248.608/0001-04, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro, CEP: 20.031-205, onde deverá ser CITADA na pessoa de quem de direito, pelos seguintes elementos fáticos e jurídicos:

I - PRELIMINARMENTE

A) DA JUSTIÇA GRATUITA

De plano, informa a Autora que não pode arcar com as custas, taxas e despesas processuais decorrentes do litígio em apreço, sem o comprometimento do seu sustento, conforme permissivo regulado pelos arts. 98 e 99 do Código de Processo Civil.



Insta salientar que, a Autora pratica a Agricultura de subsistência, de modo que não aufera renda forma ou informal.

Pelo que requer os benefícios da Justiça Gratuita, nos moldes do art. 5º, LXXIV, da Carta Magna de 1988, dos §§ 3º e 4º do art. 99 do CPC e Lei 1060/50.

No mesmo norte, aponta o entendimento do Eminentíssimo Ministro do Supremo Tribunal Federal **Carlos Alberto Menezes Direito** em julgamento proferido quando sua Excelência integrava o Superior Tribunal de Justiça, no REsp 263/781, *in verbis*:

“O acesso à justiça deve ser o mais amplo possível, e a interpretação para o gozo do benefício da assistência judiciária deve considerar não apenas o valor dos rendimentos, mas o comprometimento das despesas para a manutenção da família.” (grifo nosso)

B) DA CONCILIAÇÃO OU MEDIAÇÃO

Muito embora a parte autora tenha sempre o interesse em conciliar, no caso concreto, como a experiência demonstra, a seguradora Ré não tem por hábito conciliar antes da prolação da sentença, o que torna inócua a designação de audiência para esta finalidade. Desta forma, nos termos do artigo 319, VII c/c §5º, do artigo 334 do CPC, a parte autora declara seu desinteresse na designação de audiência com a finalidade de conciliação ou mediação.

II - DO FATÍDICO

Consoante comprova a inclusa documentação, **DANIEL PEREIRA DA COSTA**, pai dos beneficiários do seguro (Mateus da Costa Silva e Mariana da Costa Silva), **foi vítima de acidente de trânsito ocorrido no dia 12/05/2019, LEVANDO-O A ÓBITO**, conforme certidão de óbito e certidão de registro de ocorrência policial carreada aos autos (**anexos III e IV**).

Para fins de recebimento da indenização do **Seguro Obrigatório – DPVAT**, o sinistro foi reclamado pela Autora e representante dos beneficiários do seguro, junto a uma das seguradoras consorciadas, em **novembro de 2019**, conforme aviso de sinistro carreado aos autos (**anexo VI**).

Através do sinistro **nº 3190608973**, a parte Autora apresentou todos os documentos exigidos para a liquidação do mesmo, todavia, a seguradora Ré **negou o pagamento** da referida indenização securitária, alegando um suposto não envio de documentos (**Anexo VI**).

Como é sabido, a Lei 11.945/09 estabeleceu tabela para quantificação das lesões de cada membro atingido ou em caso de óbito da vítima. Na hipótese dos autos, a vítima veio a óbito, em decorrência do acidente de trânsito, fazendo jus, portanto, à totalidade do valor previsto na mencionada tabela, não se opondo seja abatido qualquer valor que a seguradora comprove ter já pago.



Evidentes desta forma o óbito da vítima **DANIEL PEREIRA DA COSTA**, em decorrência de acidente de trânsito, e diante de todo o ocorrido, vendo o seu direito violado e por ser protegida e amparada judicialmente, recorre a **PROMOVENTE** à justiça, nos termos de que prescreve toda a Legislação Pátria, sendo perfeitamente cabível a indenização pleiteada.

III - DO DIREITO

A questão vertente exige a aplicação da norma constante nos art. 3º e 5º da Lei 6.194/74, com as atualizações da Lei 11.945/09, pela qual se depreende, de modo inequívoco, que havendo o evento **MORTE**, o valor da indenização a ser paga deve corresponder a R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), senão vejamos:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

A - DA LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM

O art. 7º da Lei 6.194/74 determina que, em se tratando do seguro denominado **DPVAT**, pelo fato de existir um consórcio, obrigatoriamente, constituído por todas as seguradoras que realizam operações referentes a seguro, qualquer seguradora conveniada ao referido consórcio será parte legítima para figurar no polo passivo da demanda que vise o recebimento de indenização relativa ao seguro obrigatório.

A própria lei, assim como a doutrina e jurisprudência dominantes entendem que qualquer seguradora que faça parte do **complexo da FENASEG** constitui-se em parte legítima para pagamento do seguro obrigatório, dentre elas a **LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**.

Neste diapasão, alinha-se adiante o seguinte julgado, *in litteris*:



“APELAÇÃO CÍVEL – COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – LEGITIMIDADE – SEGURADORA – Qualquer seguradora autorizada a operar com o DPVAT é parte legítima para responder ação que vise o recebimento de seguro obrigatório de veículo, porquanto a lei faculta ao beneficiário acionar aquela que melhor lhe aprouver, conforme Resolução 6/86, do Conselho Nacional de Seguros Privados”. (TAMG – AP 0350628-9 – Uberlândia – 1ª C. Cív. – Rel. Juiz Silas Vieira – J. 18.12.2001) (destaque nosso)

Quanto à legitimidade passiva, mostra-se incontroversa qualquer sombra de dúvida, de sorte que qualquer seguradora que atue no complexo da FENASEG poderá compor o polo passivo da demanda, como instituição obrigada a compor e efetuar o pagamento do seguro obrigatório em questão.

B - DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA O RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO

Anota o art. 5º da Lei nº 6.194/74 que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, Vejamos:

“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado”.(negrito nosso)

Reforçando a ideia do artigo acima citado, pontifica o art. 7º, *caput*, da Lei nº 6.194/74, ao estabelecer que:

“A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei”. (negrito nosso).

Assim, não há que se fazer qualquer prova relativa ao pagamento do prêmio do seguro obrigatório, bastando, apenas, a prova da existência do fato e suas consequências danosas.

Independe, pois, do pagamento do prêmio do seguro obrigatório. A propósito, vale destacar que a matéria já se encontra até sumulada na Corte do **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**. Vejamos:



“STJ. SÚMULA 257: A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização”.

É incontestado, portanto, a concepção atual da doutrina e jurisprudência no sentido de tão-somente exigir a prova do fato e suas consequências danosas, nada mais sendo necessário, inclusive o pagamento do prêmio.

IV – DOS PEDIDOS

Face ao exposto, a parte autora requer:

- 1) Que seja deferido o benefício da **Justiça Gratuita**, nos termos da Lei nº. 1060/50 e artigos 98 e 99 do CPC, tendo em vista que a Promovente é pessoa pobre e não possui condições financeiras de arcar com as despesas processuais e demais cominações de lei sem prejuízo do seu próprio sustento e de sua família (declaração anexa);
- 2) Determine a **citação da seguradora-ré**, para, querendo, responder aos termos da presente, sob pena de revelia e confissão;
- 3) A parte autora declara seu **desinteresse na designação de audiência com a finalidade de conciliação ou mediação**, nos termos do artigo 319, VII c/c §5º, do artigo 334 do CPC, bem como requer que, após análise dos requisitos e pressupostos processuais, seja marcada a **perícia médica**, visando os princípios da celeridade processual e duração razoável do processo;
- 4) Seja a ré **CONDENADA a pagar o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, corrigida monetariamente e acrescido de juros de mora de 1% ao mês a partir da data do evento danoso, não se opondo seja deduzido qualquer valor que a seguradora comprove ter pago;
- 5) A condenação da requerida nas custas processuais e juros, onde couber, bem como honorários advocatícios à base de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, na hipótese legal;
- 6) Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, especialmente documental, testemunhal e pericial.
- 7) Por fim, requer que todas as notificações e intimações sejam feitas em nome de **RONALDO DE LIMA CLEMENTINO, OAB/PB 15.857**, sob pena de ulteriores nulidades.

Dá-se à causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).



Termos em que
P. Deferimento.

Belém, 14 de setembro de 2020.

RONALDO DE LIMA CLEMENTINO
OAB/PB Nº 15.857

PEDRO BATISTA DE ANDRADE FILHO
OAB/PB Nº 17.955



ANEXO I - DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO

PROCURAÇÃO;
RG/CPF;
COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA;
DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE
COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM
NOME PRÓPRIO



PROCURAÇÃO AD JUDICIA ET EXTRA

OUTORGANTE: ANA CELIA ALVES DA SILVA, brasileira, viúva, Agricultora, portador do RG nº 3.611.534 SSP/PB, inscrito no CPF sob o nº. 098.719.404-67, declaro que, sob as penas da lei, que meu domicílio é situado no **Sítio Limeira, nº s/n, Zona Rural, Belém-PB, CEP 58255-000.**

OUTORGADO: Procuração bastante que faz o outorgante acima qualificado e abaixo assinado, pelo qual nomeia e constitui seu bastante procurador, **RONALDO DE LIMA CLEMENTINO, inscrito na OAB/PB 15.857 e PEDRO BATISTA DE ANDRADE FILHO, inscrito na OAB/PB 17.955**, com escritório profissional na Rua Castro Pinto, nº 304, Centro, Bananeiras-PB, Cep. 58220-000.

PODERES: A qual outorga os poderes, por este instrumento particular de procuração, e nomeia, com a cláusula 'AD JUDICIA ET EXTRA', seu bastante Procurador e Advogado, para o foro em geral, em qualquer instância e na via administrativa, especialmente para representarem e defenderem o direito da Outorgante nos processos que tramite na Vara Cível da Comarca de Belém-PB em que seja autora, podendo, para tanto, usarem todos os recursos necessários, nos termos do art. 38 do CPC, podendo ainda confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, renunciar, enfim, praticar todos os atos legais visando o bom desempenho do presente mandato, e, afinal, substabelecer, no todo ou em parte, com reserva de iguais poderes, representá-lo junto a Vara Cível da Comarca de Belém-PB.

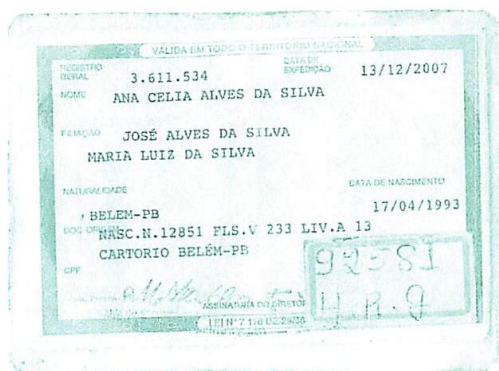
Belém/PB, 21 de agosto de 2020.


Outorgante/Declarante

Rua Castro Pinto, nº 304, Centro, Bananeiras-PB.
Cep. 58220-000

E-mail:
+55 83 98726.0717 / 83 99348-9202/ 83 99985.2020/
83 99142-0111





MARIA DO SOCORRO FERREIRA DE SOUZA
SIT LIMEIRA, S/N/SITIO LIMEIRA - AREA RURAL
BELEM/PA CEP 06255000 (AO 22)

CPF/CNPJ/RAN: 041.483.414-31

Grupo: CONVENÇÃO BAIXA TENSÃO / Subgrupo: B2
Classe: RUR MTC B2 / Subclasse: RURAL RESIDUAL
Ligação: MONOFÁSICO
Roteiro: 9-58-854-4280 N° Medidor: 00000708180



UNIDADE CONSUMIDORA (UC)
5/444868-4

CADASTRE SUA FATURA EM DÉBITO AUTOMÁTICO UTILIZANDO O CÓDIGO: 00004443884

	VALOR DA FATURA R\$ 57,37		VENCIMENTO 22/07/2020
	REFERÊNCIA Jul / 2020		CONSUMO 4,27 kWh 128kWh <small>MÉDIA DIÁRIA</small>
SITUAÇÃO DE DÉBITOS			

DESCRIPTIVO										
CCI	Descrição	Quant	Tarifa c/ Tributos	Valor Base Calc. Total (R\$)	Alq. ICMS (R\$)	ICMS Base Calc. (R\$)	PIS (R\$)	Cofins (R\$)	PIS (R\$)	Cofins (R\$)
0601	Consumo em kWh	128	0,440210	56,34	0,00	0,00	56,34	6,59	2,70	0,85
0610	Subsídio			17,79	0,00	0,00	17,79	0,18		
0804	LANÇAMENTO DE SERVIÇOS			0,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0805	JUROS DE MORA			1,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0805	MULTA			-1,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0909	BÔNUS/IMPENHILÉ 10436/2002 12/2019			-0,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0905	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA 06/2020			-16,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0906	Devolução Subsídio									

CCI Código de Classificação do Item TOTAL 57,37 0,00 0,00 74,13 0,77 3,55
Tarifa s/ Tributos 0,414510

RESERVADO AO FISCO d624.f88e.6322.e167.47af.1d38.38c5.2499.

HISTÓRICO DE CONSUMO (kWh)			COMPOSIÇÃO DO CONSUMO		
Leitura	Valor	Consumo	Descrição	Valor (R\$)	%
Jul19 108			Serviços de Dist. da Energisa/PA	20,83	35,32
Agô19 113			Compra de Energia	25,88	44,05
Set19 117			Serviço de Transmissão	3,10	5,28
Out19 133			Encargos Setoriais	3,14	5,32
Nov19 127			Impostos Diretos e Encargos	5,93	10,05
Dez19 160			Outros Serviços	0,00	0,00
Jan20 153					
Fev20 145					
Mar20 153					
Abr20 145					
Maio20 133*					
Jun20 126					
Méda 135					

* Faturamento pela média mensal

INDICADORES DE QUALIDADE				(REFERÊNCIA 06/2020 - Condição BARRIGAS)	
MÉDIA	MENSAL	APURADO TRIMEST.	ANUAL	LIMITE DE TENSÃO (V)	
Horas que o cliente ficou sem energia - DIC	11,30	8,31	22,61	45,22	NOMINAL 220
Vezeas que o cliente ficou sem energia - FIC	7,59	2,00	15,19	30,39	CONTRATADA
Duração da maior interrupção de energia no período - DMIC	8,19				LIMITE INFERIOR 202
Duração da interrupção individual em dia crítico - DICRI	16,80				LIMITE SUPERIOR 231

ATENÇÃO

Para preservar sua saúde, a Energisa está pronta para te atender pelos canais virtuais: site, App, Energisa ON e Whatsapp (83) 99135-5540

Subvenção DEC 7.391/13 R\$ 16,76 Isento ICMS



Assinado eletronicamente por: Ronaldo de Lima Clementino - 14/09/2020 17:05:09

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091417050900500000032780308

Número do documento: 20091417050900500000032780308



DECLARAÇÃO – AUSÊNCIA DE COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA

Eu, **ANA CELIA ALVES DA SILVA**, brasileira, viúva, Agricultora, portador do RG nº 3.611.534 SSP/PB, inscrito no CPF sob o nº. 098.719.404-67, declaro que, sob as penas da lei, que meu domicílio é situado no **Sítio Limeira, nº s/n, Zona Rural, Belém-PB, CEP 58225-000**, mas não possuo comprovante de residência em nome próprio, sendo impossível proceder com a juntada do mesmo.

Belém, 21 de agosto de 2020

Ana Celia Alves da Silva

ANA CELIA ALVES DA SILVA



ANEXO II

DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DO SEGURO





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

Certidão de Nascimento

NOME:

MATEUS DA COSTA SILVA

MATRÍCULA

0935970155 2013 1 00018 244 0018446 13

DATA DE NASCIMENTO (POR EXTENSO) quatorze de agosto de dois mil doze DIA 14 MES 08 ANO 2012

HORA DE NASCIMENTO 08:10 MUNICÍPIO DE NASCIMENTO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO Guarabira-PB

MUNICÍPIO DE REGISTRO UF Belém-PB LOCAL DE NASCIMENTO Hospital Regional de Guarabira SEXO masculino

FILIAÇÃO
DANIEL PEREIRA DA COSTA, Agricultor e ANA CELIA ALVES DA SILVA, Agricultora

AVÓS
PATERNO(S): **JOSÉ CARNEIRO DA COSTA e ELIENE PEREIRA DA COSTA ;**
MATERNO(S): **JOSÉ ALVES DA SILVA e MARIA LUIS DA SILVA.**

GÊMEOS NÃO NOME E MATRÍCULA DO(S) GÊMEO(S) NÃO POSSUI

DATA DO REGISTRO (POR EXTENSO) vinte e um de janeiro de dois mil e treze (21/01/2013). DNV (DEC. NASC. VIVO) 30596293919

OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES
Registro lavrado em 21/01/2013, no livro A-00018, Nº 18446, folha 244-V.

NOME DO OFÍCIO
Cartório do Registro Civil de Belém-PB

OFICIAL REGISTRADOR
Osvany Sales de Assis

MUNICÍPIO UF
Belém-PB

ENDEREÇO
Brasilião da Costa, 330 Belém-PB - CEP - 66255000 FONE: (083)3281-1210

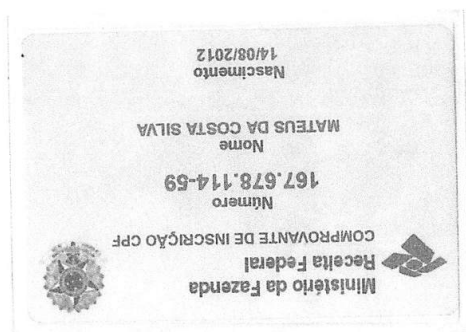
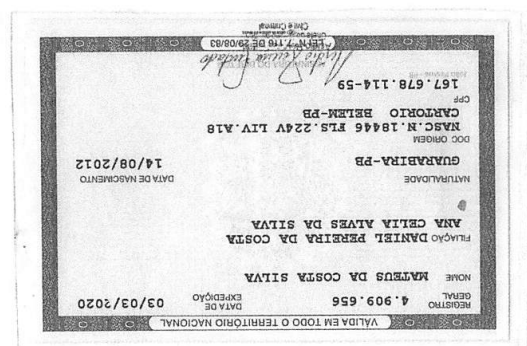
O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
Belém-PB, 21 de Janeiro de 2013

Osvany Sales de Assis

Osvany Sales de Assis
Oficial do Registro Civil

Cartório do Registro Civil de Belém-PB
Oficial do Registro Civil
Osvany Sales de Assis
Belém-PB







REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

Certidão de Nascimento

NOME:

Mariana da Silva Costa

MATRÍCULA:

093597 01 55 2011 1 00018 113 0017923 59

DATA DE NASCIMENTO(POR EXTENSO) vinte e um de julho de dois mil e nove		DIA 21	MES 07	ANO 2009
HORA DE NASCIMENTO 10:04	MUNICÍPIO DE NASCIMENTO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO Guarabira-PB			
MUNICÍPIO DE REGISTRO/UF Belém-PB	LOCAL DE NASCIMENTO Hospital Regional de Guarabira		SEXO feminino	
FILIAÇÃO Daniel Pereira da Costa e Ana Celia Alves da Silva				
AVÓS PATERNOS: José Carneiro da Costa e Eliene Pereira da Costa MATERNOS: José Alves da Silva e Maria Luis da Silva				
GÊMEOS NÃO	NOME E MATRÍCULA DO(S) GÊMEO(S) NÃO POSSUI			
DATA DO REGISTRO (POR EXTENSO) dezoisete de janeiro de dois mil onze (17/01/2011)		DNV (DEC. NASC. VIVO) 30-491418487		
OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES Obs: Sendo os pais da registranda Agricultores.				
NOME DO OFÍCIO Cartório do Registro Civil de Belém-PB				
OFICIAL REGISTRADOR Osvany Sales de Assis				
MUNICÍPIO/UF Belém-PB				
ENDEREÇO Brasilião da Costa, 330, Belém-PB - Fone: (083)3261-1210				

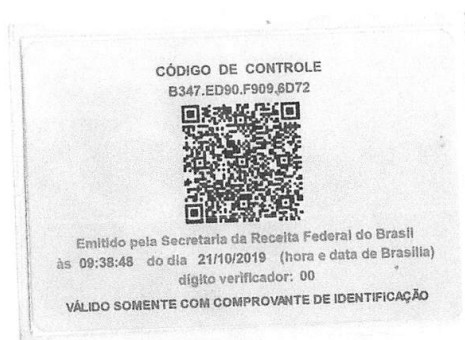
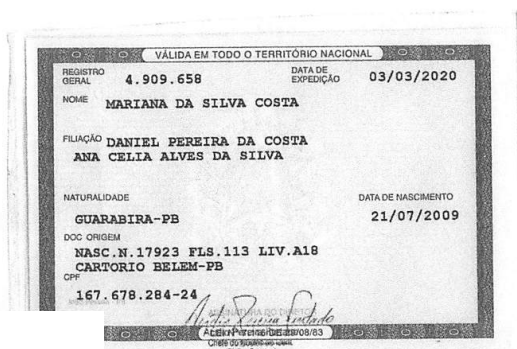
O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.

Belém-PB, 17 de Janeiro de 2011

Osvany Sales de Assis
Oficial do Registro Civil

OFÍCIO DO REGISTRO CIVIL
Osvany Sales de Assis
(Oficial do Registro Civil)
Jose Merri Dantas de Assis Soares
Substituto
BELÉM - PARAIBA





ANEXO III

DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO E
CERTIDÃO DE ÓBITO DA VÍTIMA –
DANIEL PEREIRA DA COSTA



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



REGISTRO CIVIL

ESTADO DE PARAIIBA
COMARCA DE CAÇARA
MUNICÍPIO DE CAÇARA
DISTRITO DE CAÇARA



GENI ISMAEL DA COSTA NEVES

Oficial do Cartório do Registro Civil

Certidão de Nascimento

CERTIFICO que, às fls. 231 do Livro A - 5, sob N.º de Ordem 4.611. foi lavrado o assento do nascimento de .X.X.X.X.X.X.X.X.X.X. **DANIEL PEREIRA DA COSTA**

do sexo masculino, nascid o no dia vinte e cinco de Julho de mil novecentos e oitenta e sete. (25/07/1987) .X.X.X.X.X.X.X.X.X.X. às 10:00 horas e .X. minutos, em Belém, deste Estado.

filh o de José Carneiro da Costa

e de Dona Eliene Pereira da Costa

Sendo avós paternos Luiz Joaquim da Costa

e Dona Maria de Lourdes Carneiro da Costa

e avós maternos José Pereira da Silva

e Dona Maria Lira Rocha

O assento foi lavrado em 20 de março (03) de 1990 tendo sido declarante a mãe.

e serviram de testemunhas José Jailton da Costa e Isaura Costa Ferreira, es tudantes, residentes nesta cidade.

Observações: Feito aos 20/03/1990. De acordo com a Lei Federal.

XXXXXX

XXXXXXXX

XXXXXXXX

XXXXXX

XXXXXXXX

XXXXXX

XXXXXXXX

XXXXXXXX

O referido é verdade e dou fé.

Caçara-Paraíba, 20 de março de 19 90

[Assinatura]

Geni Ismael da Costa Neves



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA

NOME DO ELEITOR

DANIEL PEREIRA DA COSTA

DATA DE NASCIMENTO

25/07/1987

Nº INSCRIÇÃO

0350 8288 1279

D.V.

ZONA

015

SEÇÃO

0018

MUNICÍPIO (UF)

CAICARA/PE

DATA DE EMISSÃO

17/03/2014

JUIZ ELEITORAL

JACOB SOARES DE OLIVEIRA



você também está obrigado a usá-los, para prevenir acidentes e evitar as doenças profissionais.

Mostre ao seu novo companheiro os perigos que o cercam no trabalho.

Cada acidente é uma lição que deve ser apreciada, para evitar maiores desgraças.

Todo o acidente tem uma causa que é preciso ser pesquisada, para evitar a sua repetição.

Se você for acidentado, procure logo o socorro médico adequado. Não deixe que "entendidos" e "curiosos" concorram para o agravamento de sua lesão.

Se você não é eletricitista, não se meta a fazer serviços de eletricidade.

Procure o socorro médico imediato, se você for vítima de um acidente, amanhã será tarde demais.

As máquinas não respeitam ninguém; mas você deve respeitá-las.

Atenda às recomendações dos Membros da CIPA e de seus mestres e chefes.

Conheça sempre as regras de segurança da seção onde você trabalha.

Conversa e discussão no trabalho predispõem a acidentes pela desatenção.

Leia e reflita sempre os ensinamentos contidos nos cartazes e avisos sobre prevenção de acidentes.

Os anéis, pulseiras, gravatas e mangas compridas não fazem parte do seu uniforme de trabalho.

Mantenha sempre as guardas protetoras das máquinas nos devidos lugares.

Para a máquina quando tiver que consertá-la ou lubrificá-la.

Habitue-se a trabalhar protegido contra os acidentes. Use equipamentos de proteção adequados a seu serviço.

Conheça o manejo dos extintores e demais dispositivos de combate ao fogo existentes em seu local de trabalho. Você pode ter necessidade de usá-los algum dia.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL



Número 53113 Série 00028 PB



ASSINATURA DO PORTADOR

QUALIFICAÇÃO CIVIL

Nome Daniel Ferreira da Costa
Loc. Nasc. Belo Horizonte, PB Data 15.10.7.1987
Filiação José Ferreira da Costa
Doc. Nº 001.40.011.115-5

ESTRANGEIROS

Chegada ao Brasil em 10/07/03 Doc. Ident. Nº 05220
Exp. em 10/07/03 Estado DRT - Lavras - PB
Obs.:
Data Emissão 10/07/03
Visto em 10/07/03
IDENTIFICADORA MUNICIPAL

ALTERAÇÕES DE IDENTIDADE (Com relação nome, est. civil e data nasc.)

Nome
Doc.
Nome
Doc.
Nome
Doc.
Est. Civil
Doc.
Est. Civil
Doc.
Nascimento
Doc.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

Certidão de Óbito

NOME:

Daniel Pereira da Costa

CPF

105.606.234-70

MATRÍCULA:

0700110155 2020 4 00004 026 0001950 92

SEXO

masculino

COR

PARDA

ESTADO CIVIL E IDADE

solteiro, 31 anos

NATURALIDADE

João Pessoa-PB

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

ELEITOR

RG: 3145945; Órgão: SSP; UF: PB; Data
emissão: 08/08/2003

SIM - N° 035082881279, Zona: 15 -
PB

FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA

José Carneiro da Costa e Eliene Pereira da Costa. Residência na(o) Rua Prefeito Antonio Miranda, 250, Centro, CEP: 58253-000, no município de
Caçara-PB

DATA E HORA DE FALECIMENTO

vinete e seis de maio de dois mil e dezenove - 04:00

DIA

26

MÊS

05

ANO

2019

LOCAL DO FALECIMENTO

Hospital de Trauma Humberto Lucena no município de João Pessoa-PB

CAUSA DA MORTE

Trauma Craniano por acidente de Trânsito BR 101

SEPULTAMENTO/CREMAÇÃO

Cemitério Público desta Cidade de Caçara

DECLARANTE

NOME E NÚMERO DO DOCUMENTO DO MÉDICO QUE ATESTOU O ÓBITO

Airton Ideão Leite, CRM 5899

OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES

Registro lavrado em 07/02/2020, no Livro C-00004, N° 1950, folha 26-V. Foi apresentada a Declaração de Óbito n° 291993397. Deixou dois filhos menores, mas não deixou bens a partilhar. ASSENTO LAVRADO POR ORDEM JUDICIAL DO Dr. JAILSON SHIZUE SUASSUNA, JUIZ DE DIREITO EM SUBSTITUIÇÃO CUMULATIVA NESTA COMARCA DE CAÇARA PB.

CNPJ 01.870.098/0001-09

SERVIÇO REGISTRAL CIVIL DAS PESSOAS
NATURAIS ISMAEL DA COSTA

Rua: Francisco Carneiro, 111
Centro - CEP 58253-000
Caçara-PB

Cartório do Registro Civil Ismael da Costa

Sandra Maria Carneiro de Carvalho

Caçara-PB

Rua Francisco Carneiro n° 111- Centro Caçara-PB - CEP 58253000 Fone:
083 991136558 E-mail: sandramaria057@gmail.com

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.

Caçara-PB, 7 de Fevereiro de 2020

Sandra Maria Carneiro de Carvalho

Sandra Maria Carneiro de Carvalho

Oficiala do Registro Civil

Consulte a autenticidade em:
<https://selodigital.tjpb.jus.br>

Ass e taxas - R\$ 0,00

Selo Digital: AJN37323-PWAT

BRP
DA 003309040
ARPENBRASILIA



Assinado eletronicamente por: Ronaldo de Lima Clementino - 14/09/2020 17:05:12

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091417051123400000032780320>

Número do documento: 20091417051123400000032780320

ANEXO IV

BOLETIM DE Ocorrência





BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL

Livro nº 001/2020
Ocorrência nº. 120/2020

Aos QUATRO dias de AGOSTO de DOIS MIL E VINTE, nesta cidade de BELÉM/PB, na Delegacia de Polícia Civil, sob a responsabilidade do(a) Dr(a). **FABIO FACCILO**, Delegado(a) de Polícia Civil, comigo, escrevê(o) do seu cargo, aí, por volta 11h:30min, **compareceu a PESSOA a seguir qualificada:**

ANA CELIA ALVES DAS SILVA, conhecido(a) por CELINHA, Identidade nº 3.611.534-SSS/PB, CPF nº 098.719.404-67, nacionalidade brasileira, estado civil: viúva, profissão: agricultora, filho(a) de José Alves Da Silva E De Maria Luis Da Silva, natural de Belém/PB, nascido(a) em 17/04/1993 (24 anos de idade), do sexo feminino, residente e domiciliado(a) no(a) Sítio Limeira Zona Rural, tendo como ponto de referência: , na cidade de BELÉMPB, fone(s) para contato: (083)991188554.

a quem lhe foi esclarecido a respeito das penas cominadas ao crime de FALSIDADE IDEOLÓGICA (CP, art. 299), tendo declarado que compareceu à esta Delegacia de Polícia Civil para narrar/registrar/informar/noticiar conforme a seguir enumerado:

- 1) **Natureza do fato:** ACIDENTE DE TRÂNSITO;
- 2) **Data do Fato:** 12 de 05 de 2019;
- 3) **Horário do fato:** 10h:0min;
- 4) **Local do fato:** RODOVIA TRECHO QUE LIGA BELÉM A CAIÇARA-PB;
- 5) **Unidade(s) de Saúde para a(s) qual(is) o(a) acidentado(a) foi encaminhado(a):** HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUBERTO LUCENA NA CIDADE DE JOÃO PESSOA-PB;
- 6) **O comunicante/vítima conduzia o veículo?** SIM;
- 7) **Sendo o(a) comunicante o(a) condutor(a) do veículo envolvido no acidente, é ele(ela) habilitado?** NÃO;
- 8) **O veículo do(a) comunicante encontra-se em dia com suas obrigações tributárias?** SIM

6) Descrição do(s) veículo(s) envolvido(s) no acidente:

HONDA POP100 DE COR PRETA, ANO E MODELO 2004, PLACA NZE-6385-PB, LICENCIADA NO DETRANPB EM NOME DE JOSÉ GOMES DA SILVA E MOTO HONDA CG 125 FAN, COR PRETA, PLACA NQJ-4964-PB, LICENCIADA NO DETRANPB EM NOME DE SEVERINO BATISTA DE OLIVEIRA.

7) Testemunha(s) do fato/acidente:

DEISIANE PEREIRA DA COSTA, RESIDENTE NA RUA PREFEITO ANTONIO MIRANDA Nº. 250 CENTRO, CAIÇARA-PB; JOSÉ CARNEIRO DA COSTA, RESIDENTE NA RUA PREFEITO ANTONIO MIRANDA Nº. 250 CENTRO, CAIÇARA-PB.

8) Breve resumo do fato:

QUE NO DIA, HORA E LOCAL ACIMA MENCIONADO, QUANDO A VÍTIMA DANIEL PEREIRA DA COSTA, CONDUZIA A MOTO HONDA POP100, DE COR PRETA, PLACA NZE-6385-PB, LICENCIADA NO DETRANPB EM NOME DE JOSÉ GOMES DA SILVA, VEIO A COLIDIR COM A MOTO HONDA CG 125 FAN, DE PLACA NQJ-4964-PB, LICENCIADA NO DETRANPB EM NOME DE SEVERINO BATISTA DE OLIVEIRA, TENDO CAÍDO NO ASFALTO E SOCORRIDO POR UMA AMBULÂNCIA DO SAMU DA CIDADE DE GUARABIRA PARA O HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUBERTO LUCENA NA CIDADE DE JOÃO PESSOA-PB, ONDE PERMANECIU INTERNANDO POR UM PERÍODO DE QUINZE DIAS VINDO A ÓBITO DIA 25 DE MAIO DE 2019, O SEPULTAMENTO FOI REALIZADO NO CEMITÉRIO DA CIDADE DE CAIÇARA-PB.

OBSERVAÇÕES DA UNIDADE POLICIAL:

.NÃO TEM.

Nada mais a consignar, lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelo(a) noticiante, e por mim, escrevê(o) que digitei.


ANA CELIA ALVES DAS SILVA
Comunicante

Escrivã(o) Matrícula nº 70.515-2

Procurador Delegado: J. AMÉLIO



ANEXO V

DOCUMENTO DO VEÍCULO
ENVOLVIDO NO ACIDENTE



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETTRAN RJ
Nº 013702163467
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA 2 COD. RENAVAM 00975955414 RNTG ***** EXERCÍCIO 2017

JOSE GOMES DA SILVA NOME

311.846.184-53 CATEGORIA 311.846.184-53 PLACA MZE6385

MZE6385/RN CHASSI 9C2HB02108R055470

PASSEIRO/NOTICIA/NAO APLICAVE COMBUSTIVEL GASOLINA

HONDA/POP100 MARCA/MODELO ANO FAB 2008 ANO MOD 2008

OCV/97 CILINDRADAS CATEGORIA PARTICULAR COB PREDOMINANTE PRETA

1º P R\$ 0.00 COTA UNICA 05/05/2017 VENC COTA UNICA 1º PAGO

2º PAGO 3º PAGO

PREMIO TARIFARIO (R\$) IOF (R\$) PREMIO TOTAL (R\$) DATA DE PAGAMENTO

TAXAS DETRAN: PAGO *** DEVAT: PAGO

MOTOR: HB02E18055470 OBSERVAÇÕES

NOVA CRUZ/RN DATA 05/01/2016

SIGNATÁRIA Assessoria de Suporte
 Coordenador de Registro de Veículos
 DETRAN - RJ

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS POR COLISÃO, CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES SOB O REGIME DE RESPONSABILIDADE CIVIL DO CONDUTOR, TRANSFERIDA AO SEGURO DPVAT

RN Nº 013702163467 BILHETE DE SEGURO DPVAT

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT
 PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO
 AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA
www.seguradoralider.com.br
 SAC DPVAT 0800 022 1204

2ª 311.846.184-53 EXERCÍCIO 05/01/2016

00975955414 HONDA/POP100 MARCA / MODELO

ANO FAB 2008 CAT TIME 9 9C2HB02108R055470

PRÊMIO TARIFÁRIO

FMS (R\$) DENATIAN (R\$) CUSTO DO SEGURO (R\$)

CUSTO DO BILHETE (R\$) IOF (R\$) TOTAL A SER PAGO SEGURO (R\$)

☐ COTA UNICA ☐ PAGAMENTO ☐ PARCELADO DATA DE QUITAÇÃO

SEGURADORA LÍDER - DPVAT
 CNPJ 08.248.608/0001-04

JUN 2017

ANEXO VI

COMPROVANTE DE REQUERIMENTO
E NEGATIVA DE SEGURO DPVAT





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 05 de Novembro de 2019

Nº do Pedido do
Seguro DPVAT: 3190608973

Vítima: DANIEL PEREIRA DA COSTA

Data do Acidente: 12/05/2019

Cobertura: MORTE

Assunto: ABERTURA DE PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Senhor(a), ANA CELIA ALVES DA SILVA

Informamos que o seu pedido do Seguro DPVAT foi cadastrado.

Para a cobertura de Morte, o valor da indenização é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) e será pago aos legítimos beneficiários da vítima definidos em lei.

O prazo para análise do pedido de indenização é de até 30 (trinta) dias, contatos a partir do recebimento de toda a documentação necessária pela seguradora.

Caso sejam necessários documentos e/ou informações complementares, o prazo de 30 (trinta) dias será interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber toda documentação adicional solicitada.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Carta nº 15058290





(/)



Buscar no site



A COMPANHIA ▾ SEGURO DPVAT ▾ PONTOS DE ATENDIMENTO (/Pontos-de-Atendimento) CENTRO DE DADOS E ESTATÍSTICAS ▾ SALA DE IMPRENSA ▾ TRABALHE CONOSCO ▾ CONTATO ▾

Seguro DPVAT

Acompanhe o Processo de Indenização

[Nova Consulta](#)

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a uma seguradora autorizada do Seguro DPVAT. Após ser analisada, a documentação é disponibilizada para parecer final da Seguradora Líder-DPVAT, administradora do Seguro DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3190608973 - Resultado de consulta por beneficiário

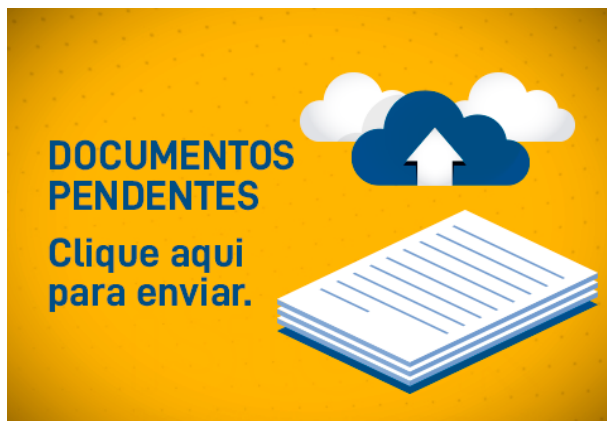
[Chat](#)

VÍTIMA DANIEL PEREIRA DA COSTA**COBERTURA** Morte**PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO**

SEGURADORA LIDER DPVAT - OPERAÇÃO CORREIOS

BENEFICIÁRIO MATEUS DA COSTA SILVA**Posição em 08-09-2020 14:35:08**

O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi negado, pois não recebemos a documentação complementar que foi solicitada em nossa última correspondência.



(<https://documentospendentes.seguradoralider.com.br/>)

Baixe o aplicativo do Seguro DPVAT



([https://itunes.apple.com/us/app/seguro-dpvat/id1375178092?](https://itunes.apple.com/us/app/seguro-dpvat/id1375178092?l=pt&ls=1&mt=8)

[l=pt&ls=1&mt=8](https://itunes.apple.com/us/app/seguro-dpvat/id1375178092?l=pt&ls=1&mt=8))



([https://play.google.com/store/apps/details?](https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.seguradoralider.dpvat.plataformadigital)

[id=br.com.seguradoralider.dpvat.plataformadigital](https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.seguradoralider.dpvat.plataformadigital))

ACESSIBILIDADE



(/Pages/Acessibilidade.aspx)



(/Pages/Atalhos-de-Teclado.aspx)

Chat

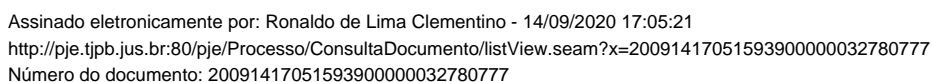


ANEXO VII

COMPROVANTE ENVIO DE
DOCUMENTOS SOLICITADOS



DY 01535677 9 BR

[illegible]



Poder Judiciário da Paraíba
Vara Única de Belém

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0801349-56.2020.8.15.0601

DESPACHO

Vistos, etc.

Defiro a gratuidade processual, sem prejuízo de impugnação (art. 98, do CPC/2015).

A inicial preenche os requisitos do arts. 319 e 320 do CPC/2015 em preliminar análise, não sendo caso de emenda ou indeferimento, reclamando, portanto, o prosseguimento do feito.

Deixo de designar audiência de conciliação (art. 334, CPC/2015) em razão da pandemia decorrente do "covid-19", inviabilizando, sine die, a realização de atos processuais presenciais nas dependências do Poder Judiciário.

Neste contexto, se afigura necessário o prosseguimento do feito, afim de evitar prejuízos à prestação jurisdicional, sem prejuízo da realização da tentativa conciliatória, a qualquer tempo, mediante manifestação expressa de ambas as partes, desde que presente o efetivo interesse na autocomposição, o que faço em consonância com o Enunciado 35 da ENFAM: "Além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI, do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo".

ISTO POSTO:

1) CITE-SE a parte RÉ para os termos da ação, sob pena de revelia e confissão. Prazo para defesa: 15 dias.

2) Oferecida à defesa, à IMPUGNAÇÃO, no prazo de 15 dias.

3) Após, não sendo ação de cobrança DPVAT, intimem-se as partes para, em 15 dias, ESPECIFICAR as provas que pretendem produzir, motivando a sua necessidade, ou seja, o que desejam provar por meio delas, restando esclarecido que a ausência de manifestação será interpretada como falta de interesse na dilação probatória e anuência das partes, por conseguinte, com o julgamento antecipado do pedido, na forma do artigo 355, inciso I, do CPC/2015.



Intimações necessárias. Cumpra-se.

Belém, data e assinatura digitais.

Gustavo Camacho Meira de Sousa

Juiz de Direito Auxiliar



CITE-SE a parte RÉ para os termos da ação, sob pena de revelia e confissão. Prazo para defesa: 15 dias.

